

# **A INFLUÊNCIA AMBIENTAL SOBRE A DINÂMICA DAS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS**

**SILVIO CALGARO NETO<sup>1</sup>**

**CLAYTON HILLIG<sup>2</sup>**

## **RESUMO**

O presente trabalho realiza uma leitura sobre alguns aspectos que influenciam sobre as dinâmicas das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA's), convergindo para o entendimento das transformações sócio-espaciais contemporâneas em emergência nas diversas formações territoriais. Dentre as atividades rurais incrementadas durante as últimas duas décadas, as ORNA's receberam destaque por seu significativo aumento e deste modo, foram foco de uma série de trabalhos, muitos deles as traziam como inovações na configuração sócio-espacial dos territórios, fato que logo foi destituído de seu caráter inovador. Contudo, observou-se que apesar de não representar nenhuma novidade, estas ocupações vêm sendo fonte de renda diferencial para aqueles territórios onde as atividades agrícolas não oferecem condições de sua manutenção. Assim, nos estudos sobre as dinâmicas que influenciavam, de algum modo, as ORNA's, elencaram-se nove tipos distintos de dinâmicas, no entanto, neste estudo realizado no território central do estado RS/Brasil, observou-se que assomando-se a estas nove dinâmicas, se poderia adicionar mais uma, a influência da dinâmica ambiental. Neste sentido, são elaboradas críticas sobre os trabalhos relativos a esta temática e assim, expostos alguns detalhes que buscam contribuir para os demais trabalhos que se insiram nos estudos sobre as transformações territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Transformações sócio-espaciais, gestão territorial, dinâmica ambiental, ORNA's.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria/Brasil.

<sup>2</sup> Professor Adjunto do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria/Brasil.

## 1. INTRODUÇÃO

Os estudos atuais voltados à compreensão da estrutura agrária brasileira tentam expor os reflexos das transformações geradas pelo desenvolvimento da sociedade no mundo rural, e conseqüentemente, visualizar as “novas” dinâmicas em processo na ruralidade contemporânea. A visualização das novidades envolve a busca pelo detalhamento e pela informação que através de uma percepção diferencial na leitura do cotidiano pode contemplar os olhos e a mente com o alcance de uma nova dedução ou resolução. Contudo, apesar da ciência moderna ter banalizado o sentido das inovações, cabe destacar que a grande maioria delas apenas representam formalizações teóricas de conhecimentos plenamente adquiridos pelas sociedades que vivem sob a sustentação da ciência paradigmática e, por vezes, já são longamente ultrapassados pelas demais sociedades. Neste sentido, os trabalhos que buscam transmitir idéias como novidades correm, indiscriminadamente, o risco de, simplesmente, estar recaindo sobre o erro comumente vivenciado por muitos.

Os estudos sobre a ruralidade contemporânea representam, de certa forma, um exemplo claro desta busca incessante pela percepção diferenciada e inovadora. Fato que pode ser observado em grande parte dos trabalhos apresentados entre a última década do século XX e a primeira década do século XXI. “O novo rural”, “A nova ruralidade”, “As novas dinâmicas do rural”, são alguns exemplos que se pode utilizar para demonstrar esta característica científica que, praticamente, se tornou uma obsessão. Mesmo que, na verdade, passados os momentos de efervescência pós-inovação, a maior parte destas observações são desveladas de seu caráter inovador e expressam, geralmente, a retomada de algumas atividades que por razões inúmeras voltaram a ser realizadas pela sociedade, como por exemplo, neste contexto, o caso da pluriatividade, da multifuncionalidade, da complexidade, das “novas” atividades rurais e das atividades rurais não-agrícolas, as quais podem ser apenas alterações sobre a escala e a proporção de ocorrência destes eventos que, de acordo com o período histórico, sofrem flutuações em seu grau de importância para a sociedade.

Assim, se tentará chamar a atenção para um dos fatores que pouco prende as formalizações teóricas acerca dos estudos sobre a ruralidade contemporânea, mas que sem dúvida não representa novidade sobre as escolhas realizadas pelos

produtores rurais e sobre a dinâmica apresentada pelas ocupações rurais: a influência do meio. Mais especificamente, o objetivo aqui é enfatizar as influências ambientais sobre a dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas (ORNA's).

Conforme destacam J. G. da Silva *et alli* (2002, p.39) a atual conjuntura do rural brasileiro comporta três grandes grupos de atividades: a agropecuária moderna, baseada em *commodities*; o conjunto das “novas” atividades agropecuárias, alavancadas por nichos especiais de mercado (cogumelos, hidroponia, produção orgânica, etc.) e; as ocupações não-agrícolas, vinculadas as atividades de lazer, moradia, serviços, entre outras. Neste contexto, propõe-se delimitar este estudo na avaliação desta última, ou seja, buscar salientar uma perspectiva pouco utilizada para identificar os fatores que determinam efeitos sobre a dinâmica das ocupações rurais não-agrícolas, as quais tem se destacado por compor um quadro diferenciado na atual estrutura do rural brasileiro.

A população ocupada pode ainda ser desmembrada nos vários ramos de atividade. O desmembramento é especialmente interessante para a população rural envolvida com atividades não-agrícolas, pois fornece mais elementos para a análise do que realmente há de novo no rural brasileiro (J. G. da Silva *et al.*, 2002, p.48).

A perspectiva aqui adotada tem, também, o intuito de ressaltar a complexidade envolvida na composição das dinâmicas que (re)constroem o entendimento do rural contemporâneo, englobando assim, apenas mais um ponto de vista sobre o que tentamos determinar como realidade. Deste modo, destaca-se que o meio, o ambiente, mais especificamente, o ecossistema, o relevo e suas conformações também podem apresentar influências sobre a construção da realidade, neste caso, rural. Inspirando-se, principalmente, nas contínuas percepções fornecidas por uma região formada pela confluência de ecossistemas, a região central do RS, envolta em uma atmosfera composta por elementos naturais da Mata Atlântica (serra), da Mata de Araucárias (planalto) e dos Campos Sulinos (planície). Logicamente, devem-se respeitar as questões históricas, políticas e sociológicas que constituem a construção deste cenário, cabendo, para este estudo, apenas trazer a tona mais um elemento de formação da complexa realidade.

Para conformar as idéias que configuram este trabalho, decidiu-se compô-lo de três partes, mesmo visualizando *a priori* que estas não esgotariam as proposições necessárias para esta perspectiva, mas retomando uma discussão que parecia abandonada ou sobreposta pelas inter-relações múltiplas que envolvem a

sociedade moderna. Na primeira parte se buscará revisar o campo conceitual que engloba a tema referido, ou seja, as ocupações rurais não-agrícolas. Já a segunda, será dedicada a apresentar, sucintamente, as particularidades do meio ou do ambiente em questão, elencando a composição da atmosfera estudada e utilizada como campo perceptivo principal, mas transpondo também para outras realidades que apresentam características que contribuem para melhor expressar o assunto tratado. E, na terceira e última parte, se debruçará sobre algumas perspectivas elaboradas a partir das análises construídas.

## **2. AS OCUPAÇÕES RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS (ORNA'S)**

Na presente seção, pretende-se explorar, de modo geral, as concepções expostas sobre as ocupações rurais não-agrícolas ou ORNA's, revisando as interpretações utilizadas para defini-las e, de modo específico, apresentar os desmembramentos elaborados a partir das informações que são extraídas em seu estudo, bem como, tentar delimitar e esclarecer as percepções que a envolveram. Outro ponto será a realização de reflexões sobre as dinâmicas geradoras das orna's, elaborando inicialmente, uma compilação de suas formalizações teóricas principais e, posteriormente, uma tentativa de enfatizar a presença de mais uma delas, a dinâmica ambiental.

### **2.1. As concepções**

A escala temporal é sempre uma barreira quando se busca, no estudo da sociedade, relatar os fatores que a levam pelos infinitos caminhos que possam ser assumidos e por ela, tensionados. Esta barreira invisível, mas perceptível, indica ao cientista parte da teia que configura a complexidade destes estudos e fornece mais subsídios para que o tempo não o prenda em concepções confusas ou limitadas. Neste sentido, o discurso inovador utilizado, muitas vezes, em demasia pela ciência paradigmática moderna abandona a escala temporal no momento em que transforma somente as percepções experimentais e investigatórias responsáveis pela designação do entendimento do que é real, e deste modo, limitam ou confundem seu próprio sentido.

Seguidamente é possível observar o uso indiscriminado dos termos que designam o sentido de novidade para as percepções teorizadas, o que parece elevar seus créditos de importância e chamar atenção para aquilo que se (re)constatou. Deste modo, as percepções alcançadas nos resultados investigatórios do Projeto Rurbano<sup>3</sup> também recaíram sobre o mesmo equívoco, o de utilizar tantos termos com sentidos inovadores e retratando seu excelente trabalho despregado da escala temporal. Condicionando, após a efervescência pós-inovação, para a necessidade de um (auto)esclarecimento sobre os trabalhos desenvolvidos, neste caso, apresentado pelo texto denominado “O que há realmente de novo no rural brasileiro”<sup>4</sup>.

O trabalho citado relata, entre outros temas, o crescimento das atividades não-agrícolas desenvolvidas em âmbito rural e atrai atenções para este fato que, apesar de não representar novidade alguma, demonstra como já o foi feito anteriormente, a versatilidade<sup>5</sup> da população rural sob os reflexos das transformações em decorrência na sociedade. Explorando este conceito, pode-se dizer que as ORNA's são as ocupações desenvolvidas no rural que não estão ligadas diretamente com o uso da força de trabalho na produção agrícola para a formação de capital, seja este, contratado ou por conta-própria, como exemplo, pode-se citar o turismo, construção civil, comércio, emprego doméstico, entre outros. E, para finalmente gerar dados sobre as ORNA's, o Projeto Rurbano delimitou o tema em questão, determinando que em sua contabilidade se utilizaria somente a população rural economicamente ativa (PEA - rural), mesmo realizando algumas alterações<sup>6</sup> sobre estes dados coletados pelas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (IBGE/PNAD's – 1981, 1992-1999).

Estas alterações foram elaboradas pela retirada ou a separação dos dados que representam as pessoas que trabalham sem motivações monetárias, ou seja, sem retorno monetário direto, como jovens em idade escolar e mulheres envolvidas em tarefas domésticas, responsáveis por hortas familiares e criação de pequenos animais, bem como, de desempregados, aposentados e pensionistas, estes

---

<sup>3</sup> Projeto temático denominado “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99”, promovido pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>4</sup> J. G. da Silva *et alii*, 2002.

<sup>5</sup> Entre nuestro material presupuestario hay ejemplos muy claros de cómo la fuerza de trabajo, carente de los medios de producción necesarios para su empleo total en la agricultura, se vuelca a las actividades artesanales y comerciales (CHAYANOV, 1974, p. 110).

<sup>6</sup> Para maiores detalhes, ver Del Grossi, 1999, p.13.

destacados separadamente. Ato que, sem dúvida, podem ter distorcido muitas das interpretações contextualizadas no trabalho apresentado. É evidente que estes trabalhos insignificantes sob o ponto de vista monetário são significativos para a economia familiar ou pessoal, fato que conduz somente para uma visualização e estudo da “população rural monetariamente ativa” e não para a “economicamente ativa”, como foi destacado, limitando ou confundindo, através de um reducionismo e “classismo” (para não dizer marxismo) exagerados, o que realmente poderíamos perceber no rural brasileiro. Contudo, talvez estas pesquisas melhor contribuam para uma análise voltada a evidenciar e promover fontes geradoras de renda.

Assim, apresentam-se aqui alguns dos dados elaborados pelo Projeto Rurbano que fornecem perspectivas sobre a dinâmica das ORNA's (tabela 1) e algumas colocações que destacam a importância dos dados manipulados separadamente para compor o estudo sobre as mesmas, como a população rural não economicamente ativa.

**TABELA 1.** População rural economicamente ativa – PEA rural, segundo condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil, 1981/1999 (milhões de pessoas).

Área	Milhões de pessoas			Taxa de Crescimento (% ao ano)	
	1981	1992	1999	1981/92	1992/99
<b>Rural</b>	34,5	32	32,6	-0,7	0,2
<b>Ocupados</b>	13,8	14,7	14,9	0,6	-0,2
<b>Agrícola</b>	10,7	11,2	10,2	0,4	-1,7
<b>Não-agrícola</b>	<b>3,1</b>	<b>3,5</b>	<b>4,6</b>	<b>1,2</b>	<b>3,7</b>

**Fonte:** adaptado de J. G. da Silva *et alii* (2002, p. 44).

Nesta tabela, pode-se visualizar que realmente houve um incremento significativo nas orna's (negrito), principalmente durante a década de 1990. Deste modo, é justificável que esta categoria receba a atenção necessária para que se compreenda melhor a atmosfera que envolve seu processo de desenvolvimento.

Por outro lado, dividiram-se os dados vinculados aos desempregados, pensionistas e aposentados, mesmo que esta “população não economicamente ativa” tenha significativa participação sobre a dinâmica das ocupações rurais agrícolas e não agrícolas, como destacam seus próprios elaboradores.

Mas como pode a PEA rural voltar a crescer, se a PEA ocupada na agricultura continua reduzindo? Duas razões explicam essa recuperação do crescimento da população rural em idade ativa. A primeira, é o rápido

crescimento da ORNA's, que já vinham aumentando na década anterior, e nos anos 90 se expandem a taxa de 3,7% a.a., em média, para o País. A segunda, o crescimento tanto dos desempregados (+10,8% a.a.) como dos inativos residentes em áreas rurais (+1,4% a.a.), em particular dos aposentados e pensionistas (+5,7% a.a.) (J. G. da Silva, 2002, p.44).

Neste contexto, observa-se que a década de 1990 expõe uma constatação muito relevante para configurar a estrutura rural contemporânea, as transferências públicas da previdência social. Esta tem exercido uma influência que não pode ser simplesmente posta de lado, principalmente nas regiões com maior concentração de agricultura familiar de pequena escala, sendo assim, pode-se afirmar, que esta questão apresenta mais conclusões do que foram retiradas até então.

## 2.2 A dinâmica das ORNA's

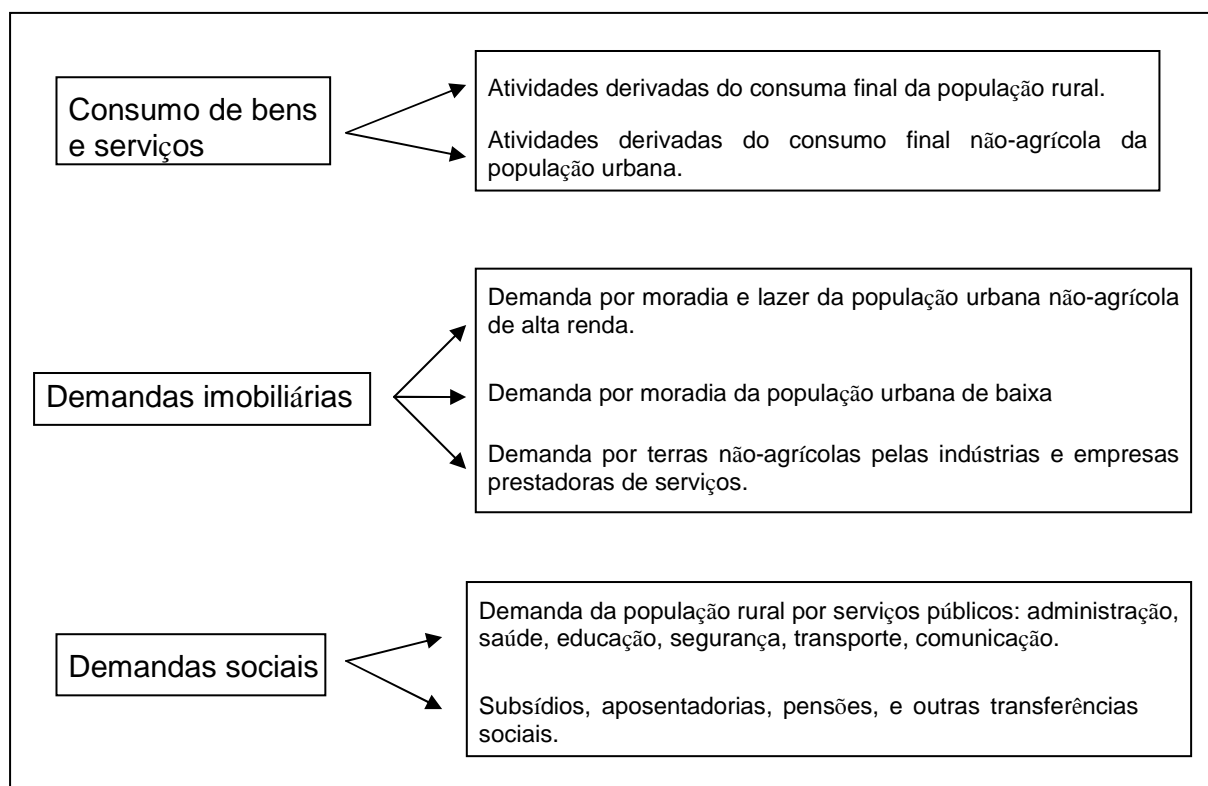
Devido sua relevância, a mesma série de trabalhos aprofunda-se sobre este tema e tenta categorizar os fatores que influenciam sobre a complexa dinâmica das ORNA's, elencando as diversas variáveis limitantes e condicionantes para sua formação. Com isso, levantaram-se alguns aspectos de delimitação conceitual para favorecer esta interpretação. Segundo Del Grossi *et alii* (2001, p.1), há vários fatores que contribuíram para um forte crescimento das atividades não-agrícolas no rural, porém estes, determinam três fatores principais para este desenlace. Primeiramente citam os reflexos da modernização da agricultura que, com o aumento da produtividade e sua conseqüente redução do uso da mão-de-obra, possibilitaram que parte do tempo destinado as atividades agrícolas fosse disponibilizado para a realização de outras atividades, entre elas, as ocupações rurais não-agrícolas. Outra razão fundamental, segundo estes autores, foi à consecutiva redução dos preços agrícolas, o qual deixou as atividades relacionadas menos atraentes para seu seguimento, levando a população agrícola a buscarem oportunidades mais atrativas ou estáveis, com vistas a melhorarem o nível de vida familiar. Finalmente, ressaltam também como uma das influências principais, a presença de maiores oportunidades nas ocupações rurais não-agrícolas à população rural, as quais oferecem maiores remunerações.

Deste modo, contata-se o incremento das dinâmicas derivadas de atividades não-agrícolas, as quais são elencadas em três eixos principais:

- consumo de bens e serviços;

- demandas imobiliárias; e
- demandas sociais.

Estes são mais bem exemplificados na figura 1:



**Figura 1.** Principais ocupações provenientes de dinâmicas derivadas de atividades não-agrícolas.

**Fonte:** adaptado de Del Grossi *et alii* (2001, p.3)

Entre as ocupações rurais não-agrícolas as mais numerosas ofertas encontram-se nas seguintes atividades: ajudantes domésticos, professores iniciais, servente de faxineiro, auxiliar de pedreiro, atendente, cozinheiro, motorista, pedreiro, vigilante, entre outros.

### 2.2.1. As ORNA's e a pluriatividade

A pluriatividade, que também pode ser revisitada nos clássicos sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura<sup>7</sup>, apresenta uma questão importante para as interpretações expostas nesta série de trabalhos sobre o “novo” rural brasileiro. Conforme é expressa, deixa a entender que a pluriatividade está relacionada às “novas” atividades agrícolas, contudo, exemplificam as ORNA's como formas de pluriatividade.

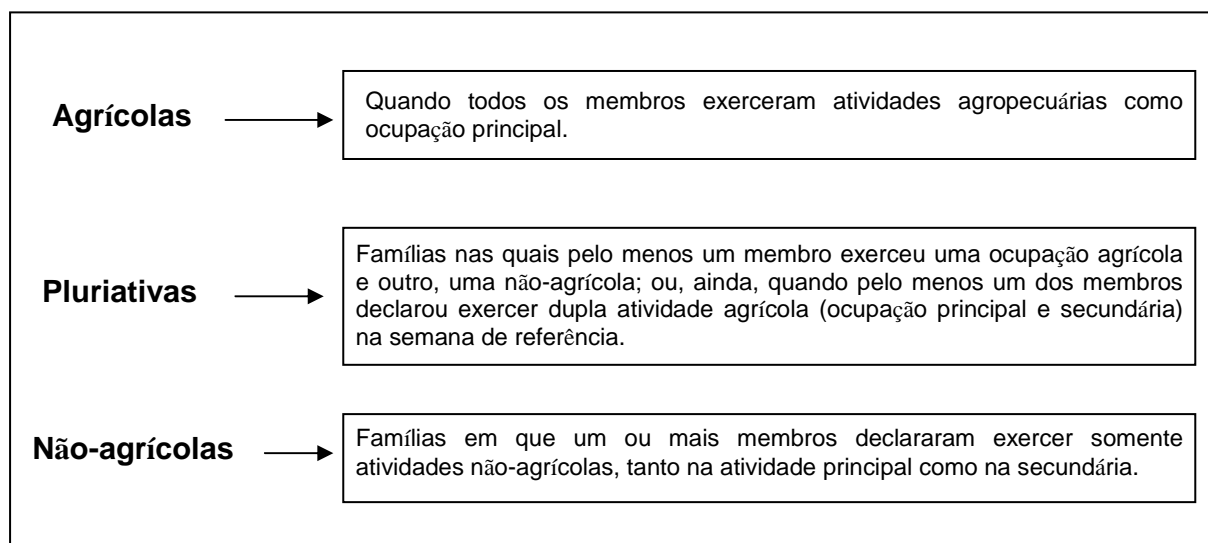
<sup>7</sup> Para maiores detalhes, ver Lênin (1985), Kautsky (1980) e Chayanov (1974).



Destacando mais diretamente este tema no contexto das “novas” atividades agrícolas, os autores colocam

A pluriatividade daí resultante é conseqüência desse esforço de diversificação dos pequenos produtores para se inserirem nos novos mercados locais que se abrem. [...] Os produtores estão encontrando novas oportunidades a partir da valorização de bens não tangíveis, antes ignorados, como a paisagem, o lazer e os ritos dos cotidianos agrícola e pecuário (J. G. da Silva *et alii*, 2002, p.41).

Na seqüência, algumas conclusões são assumidas a partir das seguintes definições sobre as famílias rurais e sua renda (figura 2).



**Figura 2.** Definição utilizada para as conclusões retiradas durante o estudo da renda das famílias rurais.

**Fonte:** adaptado de J. G. da Silva *et alii* (2002, p. 53-54).

Assim, na avaliação da evolução da renda das famílias rurais, os autores realizam as seguintes considerações

Em geral, as famílias agrícolas têm sempre uma renda média per capita inferior à das pluriativas. As famílias rurais não-agrícolas – tanto de trabalhadores por conta-própria como as de empregados – têm uma renda per capita que é quase o dobro da renda das famílias agrícolas e muito superior também à das pluriativas (J. G. da Silva *et alii*, 2002, p.56).

Enfim, a definição do que pode ser assumido como família agrícola aparece de forma clara, mas quando buscamos compreender qual a diferença entre as famílias pluriativas e as não-agrícolas, as definições (figura 2) não parecem esclarecer de forma consistente. Vejamos um exemplo, se uma pessoa da família possui ocupação não-agrícola, esta (a família) será pluriativa ou não-agrícola? Observando as definições pode-se determinar que esta possa encaixar-se em

ambas as denominações. Sendo assim, como foram elaboradas as conclusões sobre a renda destas famílias, se ainda existe um esclarecimento conceitual confuso? Mais uma vez seguiu-se com direcionamento científico reducionista e, isto, pode ou não ter gerado algum tipo de limitação ou confusão nas determinações ou formalizações teóricas que buscam representar a realidade.

Deste modo, o que realmente poderíamos definir a partir desta discussão? O que sim poder-se-ia afirmar, é que tanto a pluriatividade como as ORNA's não são novidade alguma, estando presente na configuração da população rural desde longa data e que, corre-se o risco enorme de estarmos sendo redundantes ou confusos em cada comparação destes termos. Contudo, acompanha-se atualmente um incremento significativo das famílias rurais pela busca de atividades complementares para sua renda e que estas, nem sempre estão ligadas diretamente às ocupações agrícolas e, com isso, são integrados nestes processos uma série de fatores que imprimem e impulsionam dinâmicas favoráveis ou prejudiciais para seu desenvolvimento, as quais já foram citadas.

Neste sentido, com esta contextualização podemos nos dirigir para as reflexões que realmente são relevantes neste ensaio e como se pode acompanhar não tem sido trabalhada de maneira direta por outros autores: a influência das dinâmicas ambientais para o desenvolvimento das ORNA's.

### **3. A DINÂMICA AMBIENTAL E O TERRITÓRIO**

Durante a compilação realizada a partir de estudos elaborados por Klein (1992), Weller (1994) e Graziano da Silva & Del Grossi (1997); Basaldi (2001) evidenciou a presença de pelo menos nove tipos de dinâmicas que mutuamente influenciam ou impulsionam as ORNA's:

- a dinâmica que envolve as atividades econômicas associadas à agricultura diretamente como, o fornecimento de bens e serviços que são insumos de produção;
- a que engloba as ocupações geradas pelo consumo da população rural;
- a relacionada ao excedente de mão-de-obra na agricultura;
- a que envolve as atividades derivadas de demandas não vinculadas à agricultura (lazer, turismo rural, artesanato, etc.);
- aquela referente à expansão dos serviços públicos para as áreas rurais;

- a que engloba a demanda por terra de setores (agro)industriais e prestadoras de serviços;

- a que relaciona a demanda da população urbana de baixa renda por terras;

- a que relaciona a demanda da população urbana de alta renda por terras; e

- a que se envolve na organização das “novas” atividades agropecuárias.

Assomando-se a estes nove tipos de dinâmicas que se relacionam com o avanço das ocupações rurais não-agrícolas, incluo, neste caso, outro tipo de dinâmica:

- a que está relacionada à interação entre a população rural e as variações e vocações ecossistêmicas, ou seja, a *dinâmica ambiental*.

Ao parar para pensar em por que cada cidade foi situar-se onde está? Por que as margens litorâneas são mais povoadas? Por que algumas áreas foram cultivadas antes das outras? Como os cultivos são selecionados em cada área? Por que cada família escolhe seu paradeiro? Por que a agricultura é mais bem sucedida em alguns locais? Por que alguns locais não são cultivados? E, enfim, Por que as ORNA's avançam mais em alguns locais que em outros? Obviamente, não poderíamos responder estes complexos questionamentos com um único fator de influência, porém, seguramente poderíamos dizer que existe também, uma influência ambiental.

Durante a construção histórica da estrutura agrária brasileira houve uma série de fatores, uns mais relevantes que outros, que contribuíram para constituir o atual desenho visualizado. Pode-se dizer, *grosso modo*, que a ocupação litorânea significava uma logística favorecida, além de contar com a abundante Mata Atlântica do Pau-brasil e mais riquezas naturais; que a interiorização buscava aumentar o território ao oeste, mas também encontrou as ricas montanhas mineradoras de Minas Gerais; que haviam terras por colonizar ao oeste da região sul, contudo estavam presentes as florestas de araucárias e o rico latossolo vermelho; e, que a Amazônia necessitava ser assumida, porém, também disponibilizava suas maravilhas por usufruir. Enfim, os incentivos econômicos, sociológicos, históricos, entre outros, se inter-relacionam de forma complexa para a formação da estrutura contemporânea, mas o ambiente, a partir de sua composição, também, impulsiona ou direciona, de alguma forma, a sociedade durante sua conformação.

Ao visualizar os fatores atuais, temos que mencioná-los com certo direcionamento para visualizar com maior ênfase a presença da influência

ambiental. Por isso, se tentará observar este comportamento através de uma reflexão sobre alguns dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde, superficialmente, podemos relacioná-los com a existência desta influência. Acreditando que apenas esta aproximação não seria significativamente suficiente para retirar conclusões devidamente embasadas e esclarecer totalmente o tema aqui evidenciado. Estes dados referem-se, principalmente, ao território central do RS, onde existe uma interessante confluência de ecossistemas, bem como de etnias e resposta ao processo desenvolvimentista, proporcionando um campo de observações relevante para interpretar o assunto aqui proposto, além disso, buscarei encontrar estas mesmas características em outros territórios do Brasil, expandindo este contexto para as demais formações ecossistêmicas.

### **3.1. O território central do RS**

O território central do RS envolve marcadamente, ao menos, três ecossistemas: a Floresta Atlântica de encosta, a Mata de Araucárias e os Campos Sulinos. Nesta confluência, ressalta-se no primeiro um processo de ocupação vinculado a imigração, principalmente, italiana, os quais, posteriormente, migraram para o segundo no desenrolar de seu estabelecimento. Já no terceiro, destacam-se a presença de imigração ibérica, açoriana, anterior as citadas acima, contando com elementos marcantes de sua interação com algumas etnias africanas, estas trazidas para o trabalho escravo, e com os povos indígenas, aqui residentes, contribuindo para a formação paulatina da identidade cultural pampeana ou gaúcha. Diferentemente do sul que foi reocupado ainda pelas coroas portuguesa e espanhola em seu processo de divisão de terras conquistadas, o norte foi colonizado após, aproximadamente, duzentos anos com acordos formados entre o Brasil e alguns países da Europa como, a atual Itália, Alemanha, Rússia, Polônia, Áustria, entre outros. Além disso, nos Campos Sulinos houve uma divisão territorial que proporcionou a estes proprietários possuir grandes extensões de terra, onde culturalmente se dedicavam a criação de gado, o qual se tornou elemento central para a formação de sua atual identidade e, por outro lado, nas terras ao norte foram distribuídas propriedades menores aos imigrantes, os quais se dedicavam a agricultura e pecuária em pequena escala, mas já abarcavam conhecimentos

industriais e vínculos culturais com a sociedade industrial que se configurava na Europa. Contudo, embora existam importantes detalhes na composição histórica destes territórios, para o estudo aqui proposto não cabe evidenciá-los diretamente, pois se entende que seria mais importante ressaltar os reflexos posteriores decorrentes da modernização de suas sociedades, apenas pincelando alguns elementos históricos essenciais para compreender suas particularidades e envolvê-los, por sua vez, com a influência que o ambiente proporciona sobre a dinâmica das ORNA's.

Neste sentido, poder-se-ia transpor esta discussão diretamente para a explosão modernizante da agricultura ocorrida em meados do século XX, não que este capítulo seja mais importante que os demais, mas para delimitar o assunto pretendido, pode-se dizer que este momento consecutivo foi essencial para configurar o atual desenho ocupacional destes territórios. Nesta fase, a estrutura organizacional agrária e as conformações ambientais foram fatores de influência para estabelecer as dinâmicas atuais de cada ecossistema, os quais, simultaneamente, também agem sobre as inter-relações sociais.

Após o estabelecimento das colônias sobre a Floresta Atlântica do território central, as numerosas famílias foram dividindo-se ou distribuindo-se em direção ao noroeste do estado do RS e, posteriormente do Brasil, aproveitando-se das terras livres de regulação e de um promissor e já estabelecido mercado de madeira, visto que estas terras eram cobertas pela frondosa Mata de Araucária e apresentava sob estas, um rico latossolo vermelho, distribuído em altas planícies e, por sua vez, propício para a agricultura mecanizada. Este mesmo sistema foi sendo implantado rapidamente em direção ao norte e hoje ainda se encontra em pleno desenvolvimento, já em terras amazônicas. Neste contexto, foi-se inviabilizando a agricultura baseada em commodities nas terras montanhosas e, conseqüentemente, onde estava presente a Floresta Atlântica neste território, embora algumas culturas como a batata, a uva e o tabaco ainda resistiram, ao menos, até que as famílias reduziram-se, consideravelmente, em número de integrantes. Por fim, a Mata de Araucária foi praticamente dizimada e substituída por atividades agrícolas baseada em commodities, enquanto que a Floresta Atlântica vem regenerando-se, reocupando as áreas não mecanizáveis e impulsionadas também, pelas pressões legislativas impostas e pelas transferências da previdência pública, com isso, são

nestas áreas que as ocupações rurais não-agrícolas têm recebido ênfase neste território.

Os Campos Sulinos não foram palco de semelhante transformação da paisagem, apesar do *boom* agroindustrializante ter alcançado muitas de suas terras, neste caso pode-se citar as várzeas tomadas pela produção de arroz, este ecossistema ainda pode ser reconhecido em sua composição atual, podemos observar a presença de seus elementos naturais formadores, fato que não ocorre no Planalto, por exemplo. Muitos fatores podem ser mencionados na discussão desta relação de resistência entre o pampa e a modernização, entre estas as etnias, o tamanho das propriedades, a organização social, no entanto, não se pode deixar de comentar sobre a estabilidade técnica adquirida pela pecuária bovina, muito bem adaptada a este ecossistema, a qual não permitia uma abertura tão grande destes produtores diante do aparecimento das emergentes inovações deste momento, fato que também pode ser vinculado ao avanço lento das ORNA's neste local.

Visualizando a imagem (figura 3) abaixo pode-se compreender como ocorreu a conformação da paisagem no território central do RS, para que *a posteriori* possamos contemplar o movimento atual das ocupações rurais não-agrícolas, vinculado-as às transformações em decorrência nestas formações ecossistêmicas.

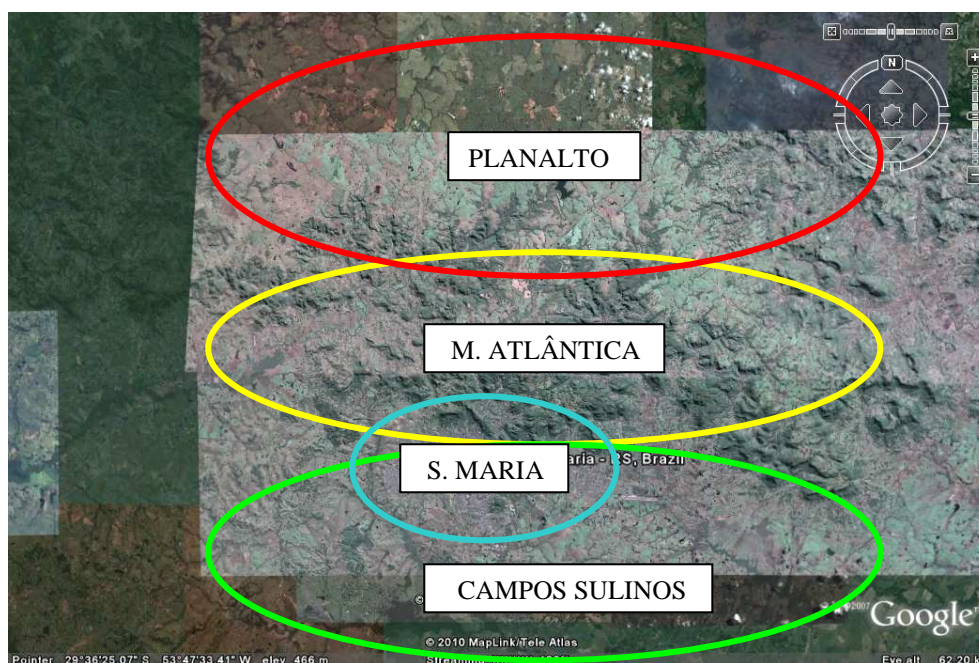


Figura 3. Imagem de satélite de parte do território central do RS, demonstrando sua confluência de ecossistemas.

Fonte: Adaptado do Software *Google Earth*

Deste modo, destaca-se na tabela 2, através de dados gerados pelo IBGE, a quantificação da intensidade ou presença das ORNA's em diferentes municípios do território central, variando-a de acordo com o ecossistema e suas potencialidades. É válido lembrar, que foram selecionadas localidades satélites do município de Santa Maria, que apresentam similar distância de deslocamento, bem como, facilidades de acesso e transporte, observando, com isso, que a existência ou a propensão das ORNA's não se vinculam somente aos nove tipos de dinâmicas citadas anteriormente e que também podem possuir alguma relação com a vocação que cada localidade oferece, ou seja, de alguma maneira, as dinâmicas ambientais influenciam no avanço das ORNA's.

**Tabela 2.** Porcentagem de produtores que buscaram as ORNA's em municípios das distintas formações ecossistêmicas presentes no território central do RS, no RS e no Brasil.

Localidades	Estabelecimentos em que o produtor declarou atividade não-agrícola (%)
Brasil	50,4
RS	57,95
Santa Maria	58,52
<b>Silveira Martins (serra)</b>	<b>82,76</b>
<b>São Pedro do Sul (planície)</b>	<b>47,83</b>
São Sepé (planície)	38,18
<b>Itaara (planalto)</b>	<b>72,50</b>
Julio de Castilhos (planalto)	72,27

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Para realizar uma comparação mais adequada, pode-se prestar a atenção para três municípios (negrito): Silveira Martins (82,76%), São Pedro do Sul (47,83%) e Itaara (72,50%). Estes possuem uma aproximação relativamente similar com o município de Santa Maria, contudo, conforme indicado pela tabela 2, há uma busca muito diferente às ORNA's. Pode-se observar que na serra, ou seja, regiões onde os padrões agrícolas atuais não contribuem para seu exercício, há uma busca superior pelas atividades não-agrícolas. A conformação destes ambientes em resposta a sinergia dos fatores de organização ou construção territorial permite que alguns locais sejam mais propícios ao avanço das ORNA's em relação a outros, contando

que devam existir motivações, as quais, em grande parte, são econômicas, para que a população rural se lance a outras atividades, neste caso, não-agrícolas.

Ainda sobre a mesma comparação, pode-se destacar que as matrizes industriais, bem como as atividades vinculadas ao lazer e turismo são melhores desenvolvidas na intersecção dos municípios de São Pedro do Sul e Itaara, respectivamente, assim, é possível observar que a busca pelas ocupações não-agrícolas também podem derivar ou ser impulsionadas por outros fatores, como as influências ambientais, oportunizando ou conduzindo esta busca, pois é exatamente em Silveira Martins que ela avança.

### **3.2. Outros territórios**

Como foi previamente destacado durante este ensaio, o objetivo deste trabalho não busca promover inovações, universalidades ou paradigma de percepção da realidade, mas sim chamar a atenção para algo que não se tornou relevante em outros trabalhos sobre este tema, e, neste sentido, é de suma importância que não se tome estas considerações como modelo, pois a diversidade que envolve a construção dos territórios brasileiros transcende a necessidade deste tipo padronização. Com isso, tem-se que a relação utilizada para a contextualização deste estudo entre serra-planície-planalto não necessariamente pode ser expandida para os demais territórios, pois suas dinâmicas ambientais correspondem e interagem com seu processo de construção histórico, onde a montanha, a planície, o litoral, o planalto, a floresta, o pântano, o deserto, o rio etc. assumem diferentes sentido, valor e influência nesta construção. Assim, poderíamos determinar que cada território assume um peso distinto para estas influências ambientais, possibilitando exercê-las e visualizá-las de acordo com a ótica territorial que utilizemos.

Neste contexto, seria interessante descobrir quanto às influências ambientais participam para que a população rural se lance as ocupações rurais não-agrícolas. Explorando mais alguns dados, neste caso referente às capitais brasileiras, foi elaborada a tabela 3.



**Tabela 3.** Porcentagem de produtores que buscaram as ORNA's nas capitais das distintas formações ecossistêmicas presentes no Brasil.

Localidades	Estabelecimentos em que o produtor declarou atividade não-agrícola (%)
Brasil	50,4
Vitória (litoral)	100
Salvador (litoral)	100
Goiânia (cerrado)	75,9
Campo Grande (pantanal)	72,05
São Paulo (M. Atlântica)	81,25
Manaus (Amazônia)	87,13
Curitiba (M. de Araucárias)	87,93

**Fonte:** IBGE – Censo Agropecuário (2006)

Logicamente, não é possível realizar comparações aprofundadas entre os dados apresentados pela tabela 3, contudo, seria muito interessante saber o motivo pelo qual todos os produtores de Salvador (BA) e de Vitória (ES) realizaram atividades rurais não-agrícolas enquanto que outras capitais como Campo Grande (MS) e Goiânia (GO) não chegaram a estes índices. E, ainda mais impressionante seria entender porque São Paulo (SP), que está tomada pela urbe, ainda abarca produtores essencialmente agrícolas, enquanto que as nove dinâmicas que impulsionam as ORNA's, citadas pelos autores anteriores, têm relação estreita com o processo de estabelecimento do continuum rural-urbano, isso torna inevitável pensar que há algo mais, que ainda não foi evidenciado na interpretação destes autores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, a leitura, o entendimento, a compreensão da realidade tem sido utilizada como cenário para a elaboração e execução das diversas políticas e projetos para o “desenvolvimento”. Mas, como caracterizar pessoas, bairros, distritos, cidades, estados, países, etc.? Como resumir o universo passado que envolve o indivíduo numa série de números, percentuais, dados estatísticos que também nascem de uma crença (neste caso, a ciência), para determinar o futuro? Visualizar em questionários, o contexto que determina as dinâmicas influentes de uma sociedade? Talvez isso seja uma ignorância. A ignorância que coloco aqui não

parte da idéia do não saber, mas sim do ignorar, ter a disposição e não utilizar; essa característica é marcante quando observamos trabalhos em macro escalas, como o Brasil, mas infelizmente ficamos muito tempo sob os paradigmas de uma ciência disciplinar.

Durante este ensaio pude observar com mais profundidade os trabalhos que envolviam estudos direcionados ao entendimento das ocupações rurais não-agrícolas, os quais buscavam, de modo geral, determinar a dinâmica das “novas” oportunidades de renda da população rural. Neste contexto, é no mínimo confusa a forma com que são tratados os dados elaborados pelo IBGE, extraídos exclusivamente das PNAD's, principalmente quando se trabalha com população rural, pois estas pesquisas cobrem somente as regiões metropolitanas e é óbvio que o Brasil rural não se resume em metrópoles. Neste sentido, torna-se cada vez mais clara a necessidade de incluir novas matrizes paradigmáticas para a compreensão da realidade, que envolvam múltiplas disciplinas, discursos e práticas construtivistas, e distantes da busca pela unicidade.

Não obstante, estes trabalhos realizam uma boa compreensão das dinâmicas que englobam o avanço das ORNA's, mesmo que algumas deixem de serem mencionadas, como, neste caso, as influências ambientais. E, ao mesmo tempo, destacam algumas percepções que podem ser completadas na medida em que se busque a complexidade que envolve a dinâmica de cada família rural, ou seja, a leitura generalista pode ser uma base para futuros trabalhos que almejem sobrepor este ponto de vista e, ir além das compreensões despregadas das relações antropológicas, sociológicas, psicológicas, filosóficas, ecológicas, etc. Neste sentido, que uma aproximação entre a ciência, desfigurada da previsibilidade, e a sociedade, ambos dispostos em desenvolver a participação e interagir possa ser uma forma de construir e, não determinar, a realidade, com isso, as escalas territoriais e suas políticas públicas, embora controvérsias apresentem-se como uma oportunidade de ressaltar estas particularidades territoriais e imergir a universidade na sociedade, de modo que esta transponha suas auto-limitações.

Deste modo, ressalta-se que, nas discussões sobre qualquer dinâmica em ocorrência na sociedade, não é possível que se abandone ou ignore as influências proporcionadas pelo meio, ou seja, pelas dinâmicas ambientais, principalmente quando se trata daqueles que mais interagem ou convivem com suas transformações, como a população rural. Assim, entende-se que se partirmos,

primeiramente deste ponto, de entender o quanto somos suscetíveis aos reflexos do ambiente, poderíamos evitar inúmeras falhas perceptivas elaboradas pelas disciplinas científicas, como por exemplo, as realizadas, principalmente, pelo campo da economia. Além disso, não é mais possível que vejamos o mundo sob a ótica reducionista que transforma a sociedade em burgueses e proletários, limitando as percepções que conduzem a humanidade para sua própria compreensão, ignorando, deste modo, a diversidade que nos envolve, nossa intrínseca complexidade, a multidimensionalidade e, principalmente algo que apenas somos parte e tanto nos influencia como, a natureza.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASALDI, O. V. Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, vol.15 nº.1 São Paulo, Jan./Mar., 2001.

CHAYANOV, A.V. **La organizacion de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

DEL GROSSI, M.E. **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J.; PEREIRA, C. F.; CAMPANHOLA, C. Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro. In: **XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2001, Recife - PE. Anais**. Brasília - DF: SOBER, 2001. v. I. p. 142.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.; CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro. In: EMBRAPA. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, Brasília, n. 1, v. 19, p. 37-67, jan./abr. 2002.

IBGE. **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br> >. Acesso em: 20 jan. 2010.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 588 p.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 402 p.

MARCHIORI, J. N. C. **Fitogeografia do Rio Grande do Sul: Enfoque Histórico e Sistemas de Classificação**. Edições EST, Porto Alegre, 2002.